

O mal e a coerência do sistema kantiano

[‘The evil and the coherence of the kantian system’]

Maria de Lourdes Alves Borges*

Universidade Federal de Santa Catarina (Florianópolis, Brasil)

Kant poderia ser considerado o autor que, na história da filosofia, retira Deus do espaço propriamente filosófico. A refutação das provas da existência de Deus na *Crítica da Razão Pura*, a fundamentação da moralidade na pura razão, a condenação de motivo heterônomo para a fundamentação da moralidade, tudo isso pareceria indicar um desaparecimento permanente da Religião. Alguns poderiam objetar que Deus não desaparece totalmente do sistema kantiano, mas faz uma pequena aparição, ainda que como coadjuvante, na *Crítica da Razão Prática*. A esses, poder-se-ia objetar que Kant coloca Deus apenas como uma condição de possibilidade da nossa esperança no Sumo Bem, o que o distancia bastante de um possível teórico da Religião.

Contudo, Kant nos oferece na maturidade um texto no qual trata do mal e da salvação. Ainda que o nome sugestivo de *Religião nos limites da simples razão* pareça pretender limitar racionalmente os religiosos mais entusiastas, mesmo assim aborda problemas e oferece soluções que pareciam estar longe do horizonte possível de qualquer pensamento iluminista.

Além disso, na *Religião*, o ser humano nos é apresentado como um portador de uma propensão para o mal, o que nos lembra a doutrina do pecado original, e talvez seja mesmo a sua roupagem para a teoria do mal radical. Aqui já percebemos uma tensão entre uma teoria sobre o mal e o sistema da razão pura prática. Uma propensão ao mal parece forte demais para seres que, levados pelas suas paixões e afetos, possam se desviar eventualmente do caminho indicado pela lei moral. Se a ação livre não é necessariamente moral, pois o agente pode tomar suas inclinações como motivo, a consciência da lei moral parece nos dar uma

* E-mail: mariaborges@yahoo.com / Pesquisadora do CNPq.

propensão para o bem e não para o mal. Por que não denominar as ações contrárias à lei moral apenas de não morais?

Alguns autores tentaram mostrar, como Pablo Muchnick¹ e Henry Allison², que a teoria do mal radical não seria incompatível com a filosofia moral kantiana. Segundo Muchnik, o mal e o bem apareceriam, já na *Fundamentação*, ainda que aquele não fosse explicitamente mencionado. Outros comentadores, como Allen Wood, sugerem que a *Religião* é uma tentativa de mostrar ao público religioso como poder-se-ia conciliar sua teoria com os ensinamentos protestantes. Para Allen Wood³ (Wood 2010), a *Religião* é uma tentativa de mostrar ao público luterano, como se poderia conciliar sua teoria com os ensinamentos protestantes. Nesta linha, o mal em Kant seria uma roupagem da filosofia crítica para a ideia de pecado. Mas, conforme o próprio Wood adverte, a *Religião* acaba deixando descontentes tanto os religiosos, porque Kant racionaliza a fé, quanto os entusiastas do Iluminismo, pois este texto parece ser um passo atrás de uma filosofia do esclarecimento. Allen Wood comenta em artigo sobre o mal em Kant que, enquanto “cristãos e pessoas religiosas em geral normalmente o acusam de diminuir a fé, os filósofos seculares compreendem a *Religião* como uma prova que a ética kantiana está na base de nada menos do que uma superstição tradicional” (Wood 2010, p. 244). Goethe está entre os vários autores que se escandalizara pela proposta de Kant na *Religião*, por considerá-la um passo atrás na proposta da *Aufklärung*.

Segundo Wood, o mal em Kant seria uma roupagem crítica para a ideia de pecado; contudo, defende que haja uma conexão coerente entre essa concepção e a teoria moral kantiana. Outros, como Gordon Michalson, mostram a tensão entre o filósofo da *Aufklärung* e seus escritos sobre *Religião*, compreendendo esse último como um produto da uma transição entre épocas, sendo um resquício de uma visão ainda não plenamente racional e iluminista.

Gostaria de analisar a estratégia desses comentadores, mostrando os argumentos que defendem a favor da coerência ou incoerência do sistema kantiano.

¹ Ver Muchnik, Pablo, *Kant's Theory of evil* (Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, 200).

² Ver Allison, Henry, On the very Idea of propensity to Evil, In: *Essays on Kant*. (Oxford: Oxford University Press, 2012).

³ Ver o texto de Allen Wood, “The intelligibility of evil”, In : Anderson Gold & Pablo Muchnik *Kant's anatomy of evil* (New York: Cambridge University Press, 2010).

Um pessimismo tardio?

Na *Religião nos Limites da Simples Razão*, Kant nos apresenta uma visão bem mais pessimista do ser humano do que em qualquer de suas obras. Ele afirma que o ser humano tem uma propensão para o mal, apontando um lado sombrio ainda não explorado na filosofia kantiana, ainda que admita igualmente que exista uma disposição para o bem.

Kant distingue três graus da propensão para o mal em fragilidade (*fragilitas*), impureza (*impuritas, improbitas*) e malignidade (*vitiositas, pravitas*) ou perversidade (*perversitas*). A fraqueza da vontade é o primeiro momento do mal: o agente incorpora a lei na máxima de sua vontade, mas o que é idealmente um móbil irresistível, é subjetivamente mais fraco do que as inclinações, no momento em que deve seguir a máxima:

Eu incorporo o bem (a lei) na máxima do meu arbítrio (*Willkur*), mas esse bem, que é objetiva ou idealmente um móbil irresistível (*in thesis*), é subjetivamente (*in hypothesi*) o mais fraco (em comparação com a inclinação) quando a máxima deve ser seguida. (*RGV*, AA 6: 30).

Na fraqueza, as inclinações foram mais fortes do que a máxima moral adotada racionalmente; entretanto, não foram incorporadas como motivo. A incorporação da inclinação na máxima do arbítrio não ocorre na fraqueza, mas no terceiro momento do mal, a perversidade ou malignidade. Como indica Kant, no terceiro grau do mal, as inclinações são incorporadas na máxima, e o mal consiste “na propensão do arbítrio a máximas que subordinam os móveis da lei moral a outros (não morais)” (*RGV*, AA 6:31).

A ideia de que os seres humanos têm uma propensão para o mal parece indicar um lado sombrio daqueles cujas disposição seria à moralidade. Para o leitor da obra kantiana dedicada à razão prática uma propensão para o mal parece demasiado e esse termo raramente aparece em obras anteriores à *Religião*. É certo que Kant nos fala de uma boa vontade já na *Fundamentação*, mas ele emprega esse termo pré-analiticamente, não como uma vontade que se oponha à vontade má. Não haveria na *Religião* uma concessão aos conceitos religiosos incompatíveis com o espírito do *Aufklarung* da própria filosofia crítica kantiana?

Coerência do mal no sistema do idealismo transcendental

Allison pretende conciliar o mal com o idealismo transcendental, não aceitando a tese da incoerência do sistema prático kantiano. Ele o faz explicitando algumas características da moralidade kantiana. A primeira delas seria o rigorismo ético, segundo a qual Kant apresenta “uma visão bivalente da vida moral, ou seja, toda ação moralmente imputável e todo agente moralmente responsável deve ser caracterizado como bom ou mal” (Allison 2010, p. 100). Isso seria o oposto do Latitudinarismo (*latitudinarianism*), que admitiria um meio termo moral, e que muitas vezes parece ser sugerido pela experiência.

Allison sugere que Kant apresenta argumentos a priori para o rigorismo: o respeito pela lei, que serve como um móbil para todo agente cujos atos são imputáveis; e a tese da incorporação, na qual a resistência à lei moral toma a forma da incorporação do móbil desviante na máxima. Segundo o comentador, “isso implica que todo ato que falha em estar em conformidade com a lei é positivamente mau, ao invés de simplesmente lhe faltar bondade ou valor moral”. (Allison 2012, p. 100). Visto que essa falha é uma expressão da liberdade, o agente deveria ser visto como mau.

Kant admite que temos três predisposições: a disposição para a animalidade, a predisposição para a humanidade e a predisposição para a personalidade. Allison nos mostra que o mal está conectado com a predisposição para a humanidade, sendo uma perversão desta predisposição ou um mau uso dela. Assim, a maldade do agente consiste num ranking impróprio dos móveis: “ao contrário do suposto agente diabólico, um agente moralmente mal não repudia a lei moral como tal, mas a toma como fornecendo uma razão suficiente para agir, ou deixar de agir, apenas sob a condição de que isso não esteja em contradição com a amor-de-si”. (Allison 2012, p 102).

Allison analisa também a ideia de uma propensão para o mal. O problema visto nesta propensão é que “não parece ser o tipo de coisa para o qual o agente pode ser responsabilizado”. O problema reside então na relação entre liberdade de escolha e propensão para o mal. Como é possível falar de uma propensão e de liberdade ao mesmo tempo. Ser propenso a algo não é ser determinado e escapar à imputabilidade?

O comentador entende a propensão ao mal como uma metamáxima, seguindo a posição de Philip Quinn, “compreendida em termos disposicionais como uma tendência deliberativa para classificar numa determinada maneira os móveis da moralidade e do amor-próprio na sua incorporação nas máximas de primeira ordem”. (Allison 2012, p.

103) A meta-máxima seria formal em sua natureza, pois ela não se refere ao conteúdo de cada máxima, mas à forma de classificar os móveis nas máximas de primeira ordem.

Se o mal é uma meta-máxima, como explicaríamos a afirmação de que há uma propensão para o mal e não uma propensão para o bem? Para essa questão, Allison não consegue nos oferecer uma explicação transcendental e apela para uma explicação empírica. Trata-se de uma evidência empírica, afirma: “podemos nos poupar de uma prova formal que deva haver essa propensão corrupta na raiz do ser humano, em vista da multiplicidade de terríveis exemplos que a experiência dos feitos humanos nos apresenta” (Allison 2012, p. 105).

Ainda que apele para uma explicação empírica a fim de explicar a razão de termos uma propensão para o mal, e não para o bem, Allison admite uma raiz inteligível do mal. A adoção da metamáxima má é um ato inteligível e não pode ter sua causa empírica determinada. Kant introduz na *Religião* a ideia de um ato inteligível, através do qual tal propensão- entendida como metamáxima- é adotada. Segundo Allison, “a adoção de uma metamáxima má é ainda de forma correta imputada a nós. A adoção dessa máxima, como o seu análogo teológico, o pecado original, deve ser compreendido (ainda que não explicado), como resultante de um uso original da liberdade” (Allison 2012, p 106). Allison parece não negar que o mal é uma roupagem filosófica para seu análogo religioso, o pecado original. Tal não parece ser um empecilho para o uso desse conceito, na medida em que ele for entendido como metamáxima, como algo proveniente da própria liberdade e não da natureza.

Na sua tentativa de situar o mal radical no sistema do idealismo transcendental, Allison opõe-se a Wood, para quem o mal se origina na insociável sociabilidade. Se o mal fosse causado por uma situação empírica, ele não poderia ser compatível com o idealismo transcendental:

Essa questão foi abordada por Allen Wood, que apresenta uma visão bastante reducionista, de acordo com a qual o mal radical é explicitamente identificado com a insociável sociabilidade. Fazendo isso, ela faz do mal um conceito antropológico completamente empírico, não deixando nenhum espaço para uma análise conceitual. (Allison 2012, p.107)

Ao mesmo tempo que critica uma visão reducionista do mal, Allison vai discordar igualmente de uma análise puramente metafísica, significando “uma explicação metafísica da gênese do mal através de uma misteriosa escolha atemporal” (Allison 2012, p. 107).

E Allison finaliza sua análise fazendo um elogio à concepção de mal radical da filosofia kantiana, comparando-a com versões de neoaristotelismo que pensam ser a virtude o desenvolvimento de capacidades racionais (*human flourishing- eudaimonia*): “a falha em desenvolver suas capacidades racionais (*failing to flourish*), por qualquer razão que seja, certamente não é algo bom, mas é distinto de ser mal”, sendo “justo dizer que qualquer visão de virtude que minimize essa diferença, não somente é não-kantiana, mas é também deficiente, mesmo nos seus próprios termos.” (Allison 2012, p. 109).

A análise de Allison foi objeto de crítica de Muchnik no livro “Kant’s theory of evil” (Muchnik 2009), segundo o qual temos duas alternativas entre os comentadores kantianos. Por um lado, Allen Wood, que encontra na *Ideia para uma história universal do ponto de vista cosmopolita* a chave para entender a propensão ao mal, reduzindo-o à indissociável sociabilidade. Por outro lado, a tentativa de Allison de uma absorção do conceito de mal no cerne da teoria noumenal (ou a priori) de Kant. Segundo Muchnik, tanto Wood quanto Allison merecem ser criticados pela sua insuficiência de análise e pela desconsideração de um aspecto complementar do mal: Wood veria apenas o lado empírico do mal, desconsiderando sua dimensão noumenal; no lado do idealismo transcendental, lê-se Allison, vê-se um individualismo que rejeita a dinâmica social do mal.

Em que pesem suas diferentes análises, tanto Allison, quanto Wood e Muchnik, apontam para uma coerência do mal no sistema kantiano. Ainda que se considere a ênfase em aspectos diferentes do mal, todos esses três autores o compreendem como coerente em relação à teoria kantiana da Razão pura prática.

Algumas dúvidas ainda restam, contudo: por que Kant escreve um texto destinado à *Religião*? Por que o conceito de mal radical só aparece na *Religião*? Qual o sentido de termos uma comunidade ética e religiosa como uma condição de possibilidade de superação do mal?

A incoerência kantiana entre Religião e moralidade

No texto *Fallen Freedom: Kant on radical evil and moral generation*, Gordon Michalson reflete sobre as ambiguidades da *Religião*. Para ele, um dos maiores desafios para compreender a visão kantiana do mal radical é pensar como reconciliar a linguagem cristã com a linguagem do iluminismo racionalista.

Michalson vê na teoria do mal radical uma forma disfarçada da doutrina do pecado original e argumenta que essa doutrina era exatamente aquela que havia sido rejeitada pelos iluministas:

A teoria parece suspeita como a doutrina cristã do pecado original, exatamente o tipo de coisa que os pensadores do Iluminismo normalmente se orgulham de terem eliminado da lista das ideias tradicionais que merecem seriamente alguma consideração. (Michalson 1990, p. 2).

Enquanto para comentadores como Allison e Wood, o fato de Kant ter dado uma nova roupagem à ideia de pecado original não torna sua teoria incoerente nesse aspecto, para Michalson, a teoria do mal radical envolve uma ambivalência que dificilmente é resolvida. Tal ambivalência seria composta de vários aspectos (Michalson 1990, p.8). Um dos aspectos ambíguos refere-se à propensão para o mal ser originária, inata, mas ser, ao mesmo tempo, trazida pela nossa própria liberdade. Se a propensão para o mal é inata, parece não haver nenhum papel para a liberdade nesse contexto.

Um outro aspecto difícil de conciliar na própria teoria kantiana é a obrigação moral de combatermos o mal, ainda que ele seja inextirpável através de poderes meramente humanos. Nós deveríamos, através da liberdade, tornarmo-nos bom novamente, mas precisaremos de uma ajuda divina, dada pela graça, para tal fim. A doutrina da graça divina parece incompatível com uma filosofia que defende a autonomia na deliberação. Ainda que possamos pensar a propensão para o mal como uma meta-máxima, se essa necessita da graça divina para sua modificação para uma meta-máxima moral, a própria autonomia dos seres racionais sensíveis estaria ameaçada.

Michalson percebe essa ambiguidade, não como uma ambiguidade ou confusão interna de teorias, mas como a prova de um mundo em transformação: “O problema de Kant é que a emergência de uma nova sensibilidade é seriamente comprometida por uma tradição recebida, que lhe é fundamentalmente oposta. Ele não está lidando com a argumentação filosófica tanto quanto está transpondo séculos.” (Michalson 1990, p. 140)

Seria, portanto, uma empresa fadada ao fracasso tentar reabilitar a *Religião* de forma puramente conceitual ou argumentativa. Isso é o que os filósofos analíticos estão tentando fazer: “Tal abordagem superficial não faz justiça às pressões históricas latentes e tensões culturais que fazem dos textos de Kant- talvez a *Religião* acima de todos - tão provocativos e permanentes ” (Michalson 1990, p. 140).

Ainda que seja um dever do comentador não descartar uma parte da obra de um autor por não se encaixar facilmente na totalidade de seu pensamento, a posição de Michalson parece sensata. Existem vários aspectos da *Religião* que são, não apenas contraditórios ou ambíguos, mas indícios de um pensamento já superado pela *Aufklärung* e pelo Kant crítico.

Se essa reconstrução do pensamento religioso num vocabulário crítico tenha sido importante historicamente para combater o misticismo da religião, ao lhe dar uma roupagem mais de acordo com as categorias kantianas, parece-nos que ela deixa um problema insolúvel para o comentador coerentista.

Nesse sentido, a abordagem de Michalson, mais histórica e menos comprometida com a busca de uma coerência a qualquer custo, torna-se uma alternativa menos ambiciosa, mas mais razoável.

Referências

- ALLISON, H. On the very Idea of propensity to Evil. In: *Essays on Kant*. Oxford: Oxford University Press, 2012.
- ANDERSON-GOLD S. / MUCHNIK, P. *Kant's anatomy of evil*. New York: Cambridge University Press, 2010.
- KANT, I. *Anthropologie in pragmatischer Hinsicht*. Kants gesammelte Schriften. Band 7 (Königlich Preussischen Akademie der Wissenschaften, Berlin: Walter de Gruyter & Co., 1900-)
- _____. *Grundlegung der metaphysik der Sitten*. Kants gesammelte Schriften. Band 4 (Königlich Preussischen Akademie der Wissenschaften, Berlin: Walter de Gruyter & Co., 1900-)
- _____. *Idee zu einer allgemeinen Geschichte in weltburgelicher Absicht*. Kants gesammelte Schriften. Band 8 (Königlich Preussischen Akademie der Wissenschaften, Berlin: Walter de Gruyter & Co., 1900-)
- _____. *Religion innerhalb der Grenzen der blossen Vernunft*. Kants gesammelte Schriften. Band 6 (Königlich Preussischen Akademie der Wissenschaften, Berlin: Walter de Gruyter & Co., 1900-)
- MICHALSON, G. *Fallen Freedom: Kant on radical evil and moral regeneration*. New York: Cambridge University Press, 1990.
- MUCHNIK, P. *Kant's Theory of evil*. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, 2009.
- WOOD, A. *Kant's moral religion*. Ithaca: Cornell University Press, 1970
- WOOD, A. "The intelligibility of evil" In: ANDERSON-GOLD/ MUCHNIK (org) *Kant's anatomy of evil*. New York: Cambridge University Press, 2010.

Resumo: Neste artigo, pretendo analisar a coerência do mal no sistema kantiano. Primeiramente, mostro a estranheza de termos um texto específico sobre religião numa filosofia que pretendeu rejeitar Deus como pertencente ao domínio filosófico. Indico também que alguns comentadores tentam resolver esse problema mostrando que há uma coerência entre a Religião e a filosofia prática kantiana. Contudo, a semelhança entre o conceito de *mal radical* e seu análogo religioso, o *pecado original*, fez com que alguns autores não endossassem a tese da coerência.

Palavras- chave: mal, religião, pecado original

Abstract: In this article, I aim at analyzing the coherence of the concept of evil regarding the Kantian system. First, I show the surprise of having a work on Religion in a philosophy that aimed at eliminating God from the realm of critical philosophy. Second I show that some commentators try to solve this problem showing that there is a coherence among the many aspects of Kantian philosophy. However, the relation between the concept of *radical evil* and his analogous *original sin* made some commentators to refuse the thesis of coherence.

Keywords: evil, religion, original sin

Recebido em: 02/2017

Aprovado em: 03/2017